

Bárbara Bueno, Heitor Pereira Silva, Priscila Lopes d'Avila Borges, Rafael Reis Pereira
Bandeira de Mello, Rodrigo Broilo, Thayná Trindade da Silva de Andrade (Org.)

ANAIS

III JORNADA DISCENTE PPFH – UERJ

II Seminário Interno Virtual

1ª Edição

ISSN 2763-8715



Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades da UERJ

2021

Observações:

1. A adequação técnico-linguística dos textos apresentados nas Comunicações Livres é de responsabilidade dos autores.
2. Não foram feitas interferências dos editores para adequação dos textos às normas de publicação dos Anais e às regras da ABNT.

III Jornada Discente do PPFH. II Seminário Interno Virtual – PPFH (2021: Rio de Janeiro, RJ).

Anais da III Jornada Discente do PPFH. II Seminário Interno Virtual – PPFH, Rio de Janeiro, RJ, 2021 [recurso eletrônico]. Organizadores: Bárbara Bueno et al. – Vol.3. Rio de Janeiro: UERJ, 2021. 26 p.

ISSN: 2763-8715

Modo de acesso: <http://www.ppfh.com.br/jornadadiscente/anais-da-jornada-discente-ppfh/>

1. Anais - Jornada. 2. Políticas Públicas. 3. Formação Humana. 4. UERJ. 5. PPFH.

Como citar (ABNT): SOBRENOME, Nome. Título. In: III JORNADA DISCENTE DO PPFH, 2021, UERJ, Rio de Janeiro. Anais... Vol.3. Rio de Janeiro: UERJ, 2021.

SUMÁRIO

Expressões Culturais das Periferias: Criminalização x Exaltação.....	5
Mulheres negras estudantes da FEBF/UERJ: respostas que interseccionam raça, classe, gênero, território e idade.....	6
Branquitude e reprodução do racismo no Sistema Socioeducativo.....	7
“Não vão calar a voz de uma mulher, eleita!”: As vereadoras negras e o enfrentamento ao racismo institucional.....	8
Infância, Educação Infantil e Serviço Social.....	9
Adolescentes acolhidos e o direito à convivência familiar e comunitária.....	10
Práticas psicológicas no campo da promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes: uma análise sobre o regime da produção de verdade	11
Desdobramentos à pandemia na socioeducação do DEGASERJ e o protagonismo das famílias dos adolescentes em rede por políticas públicas.....	12
Educação Ambiental e Democratização do acesso a água potável	13
Neoconservadorismo e educação familiar - de costas para a democracia.....	14
As fundações privadas e o Estado no contexto da reforma do Novo Ensino Médio: Uma análise crítica sobre os discursos legais de currículo	15
O professor e a escola gerencialista: disciplinarização por resultados	16
(Des)politização no Movimento Estudantil da Unicamp no contexto de luta por cotas étnico-raciais.....	17
O produtivismo acadêmico e seus rebatimentos na saúde mental discentes: análise dos projetos desenvolvidos pelas universidades públicas	18
A concepção do trabalho na formação em administração	19
Políticas Culturais e Desigualdades na América Latina: comparação entre as cidades do Rio de Janeiro e do México de 2014 a 2018.....	20
Elementos para uma avaliação política do Programa Operação Trabalho em Teresópolis	21
Os rumos do trabalho na sociedade do cansaço	22

Formação Humana e Dança: caminhos que podem mudar o olhar para a deficiência...	23
Para problematizar a homofobia: tensões e questões iniciais.....	24
Escrever cartas e ampliar as discussões sobre metodologias de pesquisa.....	25
A Pauta do Aborto e as rupturas no Governo Dilma.....	26
Paternidade líquida	27

Expressões Culturais das Periferias: Criminalização x Exaltação

Gelson Henrique

O presente resumo pretende contribuir para uma análise social da cidade do Rio de Janeiro, a partir da construção espacial e cultural da mesma. Sabe-se que é uma cidade marcada e vendida midiaticamente e politicamente pela sua pluralidade cultural, tendo como exemplo o carnaval, o samba e o funk como atrativos turísticos, expressões essas que são historicamente vinculadas à população negra. Este panorama nos leva à uma realidade política que ao mesmo tempo que se gera uma narrativa rentável sobre a cidade a partir da herança negra e periférica para o turismo local, também há uma prática estatal e midiática para as periferias e favelas que tem como principal braço a violência e a criminalização. Vemos isso explicitamente quando em 2019 o DJ Renan da Penha é preso, acusado de associação ao varejo de drogas. Sendo ele um dos DJ 's responsáveis por explodir o ritmo 150bpm no Brasil reconfigurando o mercado do funk à nível nacional. Grande parte do país começou a falar do “Baile da Gaiola”, espaço de lazer localizado no Complexo da Penha, na Zona Norte do Rio de Janeiro. O que nos cabe chamar atenção é a maneira como o poder público trabalha seguindo uma lógica de lucro para os grandes empresários que são em sua maioria brancos, em cima da criminalização da população negra, que é de fato quem produziu a essa fonte lucrativa. Mas como nos traz Lélia Gonzalez, é a partir de pequenas exaltações da cultura negra que a branquitude se escora para falar que vivemos em uma democracia racial.

Mulheres negras estudantes da FEBF/UERJ: respostas que interseccionam raça, classe, gênero, território e idade

Larissa Fernandes Pereira

Ações afirmativas são políticas públicas destinadas às pessoas pertencentes a grupos que vivenciam discriminação e exclusão social. Neste trabalho abordo a política de cotas raciais que é um exemplo de ação afirmativa com o intuito de inserir pessoas negras, indígenas e quilombolas na universidade pública. Contudo, as mulheres negras ainda estão em menor número no ensino superior (22,3%) se comparado com os dados de mulheres (40,9%) e homens (30,5%) brancas/os (IBGE, 2021). Com isso, é importante analisar as cotas raciais no ensino superior a partir de uma perspectiva interseccional, em que classe, raça e gênero se cruzam. O objetivo deste trabalho é apresentar as análises do questionário de pesquisa respondido por mulheres negras que estão cursando uma graduação na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. O questionário é a primeira etapa da pesquisa de mestrado e tem a finalidade de conhecer as sujeitas para futuras entrevistas (segunda etapa). No total, foram doze respostas. Todas as alunas são do curso de pedagogia e se definiram como heterossexuais. Dez mulheres são cisgêneras, uma de gênero não binário e uma prefere não informar identidade de gênero. Quatro moram na periferia do município do Rio de Janeiro e oito moram em municípios da Baixada Fluminense. Dez mulheres têm idades na faixa de 30 a 67 anos. A categoria idade será importante ser investigada na entrevista e será considerada na análise como um dos marcadores que se interseccionam, além de raça, classe, gênero e território. Além disso, apareceram questões para serem aprofundadas nas entrevistas como: bolsa permanência, ajudas financeiras na pandemia, impacto das cotas em suas vidas pessoais, educação antirracista e a representatividade de pessoas negras na universidade. O questionário foi um instrumento de pesquisa imprescindível para traçar os rumos do que investigar e para elaborar o contexto das entrevistas.

Branquitude e reprodução do racismo no Sistema Socioeducativo

Danielle Monteiro de Sousa

Considerando a formação social brasileira, estruturada em desigualdades raciais e de classe, seja através da exploração do trabalho escravizado na colonização, ou na exclusão em massa de pessoas negras do mercado de trabalho formal na atualidade, procuro entender as lógicas que habitam o Sistema Socioeducativo como uma extensão do Sistema Penal. Em minha pesquisa de mestrado, questiono instrumentos utilizados pelas elites para a manutenção e reprodução de dominação, opressão e privilégios centrados na branquitude, e, portanto, usados como instrumentos de reprodução do racismo, fazendo-se necessário entender e problematizar as ações e os pensamentos de operadores do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes nesse contexto. As instituições do Estado reproduzem desigualdades e refletem interesses para proteger bens jurídicos representativos das elites, e com isso, conservam e reproduzem uma estrutura social injusta. O judiciário é uma dessas instituições, e como podem então os operadores desse sistema garantir direitos? Além disso, essa categoria profissional, longe de ser composta por agentes neutros e imparciais, como quer que acreditemos, constituiu-se historicamente por uma elite branca, majoritariamente masculina e que julga sua clientela de acordo com a ideologia dominante, de acordo com sua localização social. Pesquisa realizada pela Defensoria Pública (2020) no Rio de Janeiro, de maio de 2018 a maio de 2019, com adolescentes que passaram pelas audiências de apresentação na Vara da Infância e Juventude, após apreensão, identificou que 81% eram negros. Por outro lado, a grande maioria dos operadores do Direito são brancos e pertencem à elite socioeconômica do país. Segundo dados de outra pesquisa, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2018), acerca do Perfil Sociodemográfico de Magistrados Brasileiros, no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, 89% dos magistrados são brancos e majoritariamente do sexo masculino, revelando desigualdade racial e de gênero.

“Não vão calar a voz de uma mulher, eleita!”: As vereadoras negras e o enfrentamento ao racismo institucional

Vanessa da Costa

A partir do projeto de tese que apresento, que tem por objetivo estudar e pesquisar as legislações produzidas para as mulheres em três países da América Latina (Brasil, Argentina e Chile), nas duas primeiras décadas deste século, considerando também a atuação parlamentar das mulheres nas casas legislativas dos mencionados países, é que o interesse em trazer um recorte e um traço desta temática, no trabalho final de disciplina, situando as referências teóricas vistas em aula, inserindo os diálogos que versam gênero e as questões raciais. Delimitação do tema, justificativa e apoio teórico: De acordo com a revista *Gênero* e Número de 26 de novembro de 2020, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral, as mulheres negras, maior grupo demográfico do país (28%), segundo o IBGE, foram apenas 6% dos eleitos para vereança e prefeitura neste pleito em 2.952 municípios do país, nenhuma mulher negra foi eleita à Câmara Municipal. A partir das referências vistas em sala de aula na disciplina Tóp. Especiais - Relações raciais, gênero e dissidências, a proposta é dialogar preferencialmente com os textos: "Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano", de Grada Kilomba -cap. 4 - Racismo genderizado e Do livro "Por um feminismo afrolatinoamericano: Lélia Gonzalez". Capítulo: Por um feminismo afro-latino-americano, trazendo elementos de outras teorias debatidas, para analisar as denúncias de racismo institucional vivenciadas pelas vereadoras negras eleitas em 2020. Para verificação das falas, denúncias e alcance destas vivências no primeiro ano de mandato, serão analisadas as publicações nas redes sociais oficiais das parlamentares negras. Que as vozes das vereadoras eleitas, sejam traduzidas neste trabalho como elementos importantes de debates, ponderações e apoio nesta luta contra o racismo institucional. Que os aportes teóricos, tragam contribuições profundas e atuais.

Infância, Educação Infantil e Serviço Social

Rosana Ribeiro

O presente texto, escrito em coautoria com o professor orientador Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida, busca resgatar alguns elementos teóricos e históricos que nos auxiliam na compreensão da infância para além de uma fase da vida que recorrentemente se confunde com o seu sujeito: a criança. Tomamos a infância como uma produção social, uma experiência que se constrói historicamente a partir de práticas, instituições e relações sociais concretas. A partir deste esforço interpretativo introdutório apreendemos a educação infantil como uma das objetivações históricas das políticas voltadas para as crianças e para a infância, enfatizando os principais processos que contribuíram para o seu reconhecimento como integrante da política de educação, portanto, como um direito social. Para tanto, destacamos as ações estatais promovidas após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996, enfatizando o escopo legal e os programas governamentais que fomentaram a ampliação das condições de acesso às creches e pré-escolas, ainda não universalizado no Brasil. Por último, abordamos as principais requisições feitas aos assistentes sociais no processo de consolidação da educação infantil, reconhecendo a diversidade da trajetória profissional construída neste espaço de atuação no âmbito da política de educação e em sua relação com outras políticas públicas e instituições da sociedade civil como aparato estatal.

Adolescentes acolhidos e o direito à convivência familiar e comunitária

Marcela López Medeiros Machado

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou trinta anos em 2020. Considerado uma das legislações mais avançadas do mundo na temática de direitos de crianças e adolescentes, é um instrumento que representa enorme avanço brasileiro pois marca o fim do paradigma menorista e a adoção do paradigma da proteção integral. Passadas três décadas faz-se necessário indagar de que modo e para quais crianças e adolescentes os direitos têm sido assegurados pelos entes responsáveis, a saber: Estado, família e sociedade. Como práticas enunciadas protetivas têm violado os direitos desse público, a quem deveria ser destinada prioridade absoluta? A partir de levantamento bibliográfico será analisada uma das medidas protetivas previstas pelo ECA - o acolhimento institucional - que deve ter caráter breve e excepcional e não ultrapassar 18 meses. Apesar da explicitação legal pela prioridade da manutenção de crianças e adolescentes em ambiente familiar, seja a família de origem ou, excepcionalmente, família substituta, ainda é possível encontrar adolescentes acolhidos por longos períodos e que se aproximam da maioridade. Com uma série de dificuldades para o desenvolvimento de uma trajetória autônoma, estes adolescentes se deparam com um horizonte de enorme vazio de políticas públicas destinadas a eles no momento posterior aos 18 anos. Questiona-se se a condução da medida de acolhimento institucional, em um cenário de precarização das políticas de assistência social, tem contribuído para o rompimento de laços familiares já esgarçados anteriormente, mesmo em casos em que a colocação em família substituta é vista como “possibilidade remota”, pelo perfil etário por exemplo. Ademais, o direito à convivência comunitária é atingido, uma vez que os adolescentes acolhidos estão em um território de passagem, desvinculados de suas comunidades de origem e sem perspectivas de permanência no território após completarem 18 anos, tendo, dessa forma, um novo rompimento anunciado.

Práticas psicológicas no campo da promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes: uma análise sobre o regime da produção de verdade

André Rangel de Oliveira Barbosa

Este trabalho visa colocar em análise o regime da produção de verdade a partir de práticas psicológicas no campo da promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes, mais especificamente, em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no âmbito da política municipal de assistência social, realizado por uma organização não governamental, de cunho religioso, na Favela da Rocinha. Com base nessa questão geral, são destacadas três especificidades de análise: a difusão de práticas psicológicas produtoras de modos de subjetivação e de gestão das famílias, instituindo as carências por proteção; a demanda pela produção de um saber, que aliados aos discursos-práticas tutelares, engendram um regime de saber-poder por meio de narrativas confessionais sobre as intimidades e os segredos nas relações familiares e a sobreimplicação, a que a atuação da psicóloga e do psicólogo estaria sujeita, ao conferir a si a prerrogativa de auferir o potencial negligente e/ou violador dos familiares das crianças e dos adolescentes, incorrendo assim em implicações ético-políticas. Por meio do método cartográfico, ao habitar e percorrer os múltiplos territórios: afetivos, subjetivos, estéticos, políticos, desejantes, morais, sociais, históricos, entre outros, esta pesquisa tratará da vida, da subjetividade, em sua dimensão singular e coletiva, daquelas pessoas que, pelo crivo da política de assistência social, têm suas existências examinadas sob a categoria de vulnerabilidade social e subjetivadas à condição de risco social e pessoal, reconhecidas, como demandantes de proteção social. Esse trabalho faz outro caminho: sem almejar buscar as conclusões para as desigualdades sociais que levaram às categorizações e subjetivações, acompanha os processos, assume atitude de pesquisa de perguntar como compor com estes, se implica com o campo, produz os dados, ao invés de coletá-los, não explica, multiplica os mundos, desloca o olhar do que parece já estar dado, abre caminhos para os fluxos e para criação.

Desdobramentos à pandemia na socioeducação do DEGASERJ e o protagonismo das famílias dos adolescentes em rede por políticas públicas

Vanda Vasconcelos Moreira

Ao longo da Pandemia da COVID-19, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro/DEGASE, com responsabilidade de promover socioeducação aos adolescentes, vem enfrentando desafios entre as equipes e movimentos de mães e familiares. Suas equipes de trabalho multidisciplinares expressam o compromisso ético-político da práxis psicossocial, que fomenta a rede interinstitucional e intersetorial no SUAS/CREAS, SUS/PNAISARI-PO. O DEGASE tem suas ações pautadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- 1990), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE- 2012), Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC- 2006), agregando a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI/Plano Operativo/PO-2014). Utilizamos autores com abordagem social, como Esther Arantes, Danichi Mizoguchi e Foucault. O trabalho propõe ações que promovam a centralidade da família nas políticas públicas, contribuindo para a construção de uma prática humanizada, tendo como eixo a promoção da cidadania e a justiça social, procurando romper com vozes silenciadas e construção de vozes coletivas institucionalizada, numa cultura de pertencimento e protagonismo, em especial na pandemia. Neste trabalho famílias interagem no processo de reformulação e criação de rotinas, segundo orientações sanitárias da OMS, com retorno das visitas e comunicação dos familiares através de ferramentas da tecnologia da informação. Vale destacar que o trabalho multidisciplinar foi iniciado antes da pandemia no Programa de Atenção às Famílias no DEGASE (2018), através do Núcleo de Atenção às Famílias nos diversos Fóruns. Estas ações ajudam a acessar direitos, institucionalizando o diálogo e debate crítico, gerando mudanças de paradigmas. Propomos, neste trabalho, socializar tais práticas na construção de políticas públicas em contexto de pandemia e buscar soluções criativas na interlocução com a universidade e políticas setoriais.

Educação Ambiental e Democratização do acesso a água potável

Rafael Reis Pereira Bandeira de Mello

A pesquisa ressalta a água como um direito fundamental, problematizando os conceitos de Educação Ambiental e História Ambiental. A pesquisa também propõe a construção de uma rede de proteção socioambiental com alunos de ensino médio de uma escola estadual da Zona Norte do Rio de Janeiro, uma parte desses alunos vivem em regiões onde acesso a água não é democratizado. Apontaremos como a mobilização em rede pode pressionar gestores a direcionarem as políticas públicas para democratizar direitos fundamentais. Analisaremos também os problemas de acesso a água de regiões carentes do entorno da escola, entendendo que são resultados de como o capitalismo interfere geograficamente no território visando o lucro.

Neoconservadorismo e educação familiar - de costas para a democracia

Lucas Montes Werneck de Freitas

O presente resumo propõe-se a refletir sobre alguns aspectos da Educação Domiciliar (ED) e suas relações com o atual projeto neoconservador brasileiro. O movimento neoconservador surgiu entre as décadas de 1960 e 1970 - e ganhou rapidamente o interesse de outros grupos, que articulavam ideias culturais conservadoras, interesses econômicos neoliberais e possuíam uma conveniência religiosa conservadora. Atualmente, destaca-se a presença de uma articulação conservadora globalizada. No Brasil, entende-se que o neoconservadorismo avançou através da combinação entre o campo político — grupos religiosos e evangélicos no parlamento — e o campo educacional, com por exemplo, o movimento Escola sem Partido (ESP). A retomada de discussões como o ESP, a partir de 2010, evidencia o “descongelamento” das políticas conservadoras no Brasil. Para os conservadores, o ESP foi o movimento para combater questões que vão da “doutrinação marxista” até a “ideologia de gênero”. Estas questões se aproximam do campo moral, o que permite gerar um embate entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças. Neste cenário, a ED também evidencia o desejo da família pela soberania em relação à educação, ao passo em que almeja um critério volitivo da família sobre o modelo educacional a ser praticado pelas crianças. Também caberia à família decidir o conteúdo repassado e todos os outros aspectos de ensino e educação. Considera-se que, assim como o ESP, a ED é um movimento reformativo da educação brasileira que atende as demandas neoconservadoras, constatando-se uma atuação insistente e intensa dos neoconservadores na elaboração da legislação educacional brasileira. Como consequência, destaca-se: o desejo do afastamento entre o Estado e a organização social e educacional; a continuidade do desmonte da educação pública; a reorganização da forma de desigualdade; a realocação de questões curriculares; a coerção de pautas sobre diversidade e a inserção de valores religiosos e morais acima de um ensino omnilateral.

As fundações privadas e o Estado no contexto da reforma do Novo Ensino Médio: Uma análise crítica sobre os discursos legais de currículo

Anderson de Souza Alves

O presente resumo refere-se a pesquisa ainda em seu estágio inicial, que tem como tema as legislações que marcam o início do novo Ensino Médio. Situada no campo das políticas públicas de educação, a discussão pretendida não deve ser vista como separada de questões sobre o Estado e o exercício da democracia. Partindo da teoria crítica do currículo, e apoiado em conceitos da ciência política, mais precisamente em conceitos gramscianos, tem como objetivo, expor a origem e o viés ideológico dos discursos legitimados pelo Estado no que se refere ao currículo formal do Novo Ensino Médio. Utilizando-se do método Análise Crítica do Discurso, pretende-se compreender através do Materialismo Histórico-dialético, as disputas por hegemonia no campo das políticas curriculares, a partir da análise de textos legais que marcam a transição para o Novo Ensino Médio. Relacionando os discursos presentes em textos como a Lei 13415/2017, a Medida Provisória 746/2016 e a Base Nacional Comum Curricular, com os discursos de fundações privadas envolvidas na construção de políticas públicas educacionais (como a Fundação Lemann, a Fundação Ayrton Senna, Fundação Itaú Social e outros), procura-se na análise desvelar os processos pelos quais o consenso hegemônico sobre o que deve ser ensinado nas escolas públicas é formado. A hipótese inicial é que associado a essas fundações que utilizam de seu poder financeiro para produzir consenso, e inspirado na ideologia neoliberal, o Estado tem legitimado discursos que direcionam a aprendizagem do Ensino Médio exclusivamente para os interesses do mercado, prejudicando a formação para o exercício da cidadania. Faz-se assim da escola uma fábrica de mão de obra, ao mesmo tempo que se sabota a possibilidade de uma participação efetiva das camadas mais pobres no processo democrático como um todo.

O professor e a escola gerencialista: disciplinarização por resultados

Priscila Pereira de Moraes

A presente comunicação pretende discutir, brevemente, a prática professoral em um contexto gerencialista. A busca pelo alcance de metas traz ao professor pressões para se adaptar às novas demandas curriculares e aprovação dos educandos. A escola, espaço histórico de poder e hierarquia, onde a disciplinarização é a base para adequação e adaptação social, se sustenta na figura autoritária do professor para alcançar tais objetivos. Assim, se dá um duplo processo: as demandas institucionais pressionam o professor pelo alcance de metas do modelo gerencial imposto e o professor, para alcançar tais objetivos, pressiona o educando. O poder disciplinar (FOUCAULT, 2009) pretende normalizar e adaptar o educando, além dos conteúdos e competências (LAVAL, 2004). Tem por objetivo o bom desempenho no exame, a avaliação como controle normalizante e punitivo (FOUCAULT, 2009) como centro do processo para obtenção de resultados. Como o objetivo é a adaptabilidade do educando como uma competência adequada à sua formação, esses processos disciplinatórios são aceitos e até estimulados pelo habitus (BOURDIEU, 2008) de classe como condição de existência. Os efeitos do controle se dão para ambos, professores e educandos: o primeiro, submetido às imposições institucionais e o segundo, sob o controle do primeiro. O professor por vezes sequer tem dimensão de sua prática como violenta ou das pressões institucionais ao qual está submetido. Tal controle não é percebido pela adesão feita aos valores dominantes. A violência ao qual os educandos são submetidos está no campo do simbólico (BOURDIEU; PASSERON, 1992), próprios da ação pedagógica, perpetuando valores na e da escola que impedem a sua emancipação. Neste processo, subjetividades são moldadas para a devida adequação aos padrões sociais que estão submetidos. Na escola contemporânea, uma adequação à racionalidade neoliberal, apesar das resistências daqueles que discordam que esta seja a melhor maneira de formar a sociedade.

(Des)politização no Movimento Estudantil da Unicamp no contexto de luta por cotas étnico-raciais

Sofia Bonuccelli Heringer Lisboa

Um marco importante para a luta por cotas na Unicamp foi a greve estudantil de 2016. Ao todo, foram 84 dias de greve – 58 deles ocupando a Reitoria e mais 26 após a desocupação. Foi a maior greve estudantil da Unicamp que se tem registro desde 1981, tanto em duração quanto em adesão das unidades. O movimento grevista conquistou, entre outras coisas, a garantia da realização de três audiências públicas para discutir a política de cotas ao final de 2016 e da deliberação sobre a adoção dessa política no Conselho Universitário no início de 2017. Em meu projeto de pesquisa para o mestrado, pretendo analisar as disputas por politização e despolitização das pautas do movimento estudantil da Unicamp no contexto de luta por cotas. Busco compreender o momento em que os grupos Unicamp Livre, Apenas Alunos e Bloco da Periferia foram criados, as motivações dos estudantes para integrar um destes grupos entre 2016 e 2018 e caracterizar estes estudantes de acordo com o perfil socioeconômico e a trajetória acadêmica. Também pretendo identificar quais foram as principais pautas defendidas por cada grupo entre 2016 e 2018, de que forma eles se diferenciam de outros grupos do movimento estudantil da Unicamp e como este foi afetado pela atuação dos novos grupos. Para tanto, serão realizados questionário e entrevista com membros dos grupos supracitados. Os dados obtidos serão postos em diálogo com a bibliografia de Sabrina Fernandes e os conceitos de pós-política e ultrapolítica, de Slavoj Žižek, utilizados pela socióloga em sua obra principal: “a politização e a despolitização como fenômenos sociológicos precisam ser avaliados pela sua capacidade de transformar a relação das pessoas com o espaço político; mais propriamente, e a relação entre espaço político é de dominação ou subversão, se é como sujeitos ou como objetos” (FERNANDES, 2019, p. 29).

O produtivismo acadêmico e seus rebatimentos na saúde mental discentes: análise dos projetos desenvolvidos pelas universidades públicas

Letícia Diniz Carneiro

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo aprofundar estudos teóricos acerca das estratégias institucionais adotadas pelas universidades públicas brasileiras em face da intensificação do trabalho intelectual e seus rebatimentos na saúde mental discente. O interesse pela temática emerge da experiência da pesquisadora em unidade de saúde mental vinculada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde, a partir de dados empíricos, evidenciou-se que, no processo saúde-doença, questões relacionadas à vida acadêmica apareciam como questões importantes. A hipótese que funda a pesquisa é a de que há uma mudança radical na vida dos alunos advinda do acesso à universidade, e que tal inserção pode ser um dos fatores determinantes da condição de adoecimento psíquico. Entretanto, a relação entre o adoecimento e a universidade não se apresenta nas ações e nos diagnósticos dos programas voltados para saúde mental discentes desenvolvidos pelas instituições de ensino superior a serem pesquisados. Tem-se como arcabouço teórico autores marxistas que discutem a intensificação do trabalho na sociedade capitalista, aprofundando com autores que versam sobre essa acentuação na educação superior. Inicialmente, temos Ricardo Antunes, Sadi Dal Rosso, Florestan Fernandes, Marilena Chauí, João dos Reis Silva Júnior e Dejours como autores que subsidiaram a elaboração deste trabalho. Deste modo, a proposta inicial é compreender, a partir de análise bibliográfica e documental, quais os mecanismos institucionais formulados pelas instituições de ensino superior públicas para enfrentar as situações advindas da lógica produtivista que permeia a política de educação superior.

A concepção do trabalho na formação em administração

Leandro Garnier Farias do Bem Baptista

Esse presente resumo discorre sobre a temática da concepção do trabalho na formação em administração, propondo uma discussão acerca das relações entre o trabalho, o capitalismo e o Estado. Nos últimos anos, o Brasil teve reformas e legislações aprovadas que possuem sua temática interligada ao campo do trabalho. Essas implementações estão alinhadas ao ideal ultradireitista que perpetua o interesse do capital e das grandes empresas presentes no País, principalmente, a partir de 2013. A Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência, a Reforma Administrativa e a Lei das Terceirizações são alguns exemplos disso. Essas políticas públicas citadas anteriormente demonstram que o atual governo é alinhado à uma administração que vincula o trabalhador à uma lógica de obediência e de execução, através de uma concepção de Estado mínimo e coercitivo. A partir disso, entende-se que esse processo é resultado de uma construção histórica de uma administração que não leva em consideração os aspectos da gestão, desconsiderando valores e histórias, na abordagem e no entendimento acerca do trabalho. Ainda assim, é importante destacar o fato de que esse ideal de administração acaba por ser disseminado e ensinado ao longo da história. É necessário pensar se os cursos de administração formam administradores vinculados a determinada lógica de abordagem do trabalho e, principalmente, se esses ideais acabam por ser perpetuados, ao longo do tempo, através da formação.

Políticas Culturais e Desigualdades na América Latina: comparação entre as cidades do Rio de Janeiro e do México de 2014 a 2018

Veronica Diaz Rocha

O estudo tem por objetivo investigar o papel das políticas públicas de cultura na redução das desigualdades em duas cidades latino-americanas. A partir do conceito de "desigualdades entrelaçadas", conforme Sérgio Costa (2019), espera-se apreender o peso de fatores como o legado histórico, a ocupação territorial, as relações de dependência, a estrutura socioeconômica, as interseccionalidades de classe, etnia e gênero, no atendimento aos direitos culturais. A obra de Aníbal Quijano (2005) é referência para esta pesquisa, que visa fazer uma comparação entre as políticas culturais municipais implementadas de 2014 a 2018 nas cidades no Rio de Janeiro e do México. Pretende-se aplicar a esta, com as adequações que se façam necessárias, a metodologia construída ao longo do mestrado para a análise orçamentária por bairro, balizada pelas categorias da democratização territorial e da diversidade cultural. As etapas incluem o estudo de documentos oficiais (planos estratégicos, relatórios de prestação de contas, peças que ordenam o orçamento para a cultura) e entrevistas com agentes culturais de distintos territórios.

Elementos para uma avaliação política do Programa Operação Trabalho em Teresópolis

Rodrigo Wrencher Cosenza

Com a constituição de 1988, é estabelecida a Política da Assistência Social, que juntamente com a Política de Saúde e a Previdência Social compõem a Seguridade Social Brasileira. É um passo importante, pois através dessa definição política a Assistência sai do universo da filantropia, da caridade e é definida como um direito de todos os cidadãos. O papel dos municípios se amplia e termos de oferta de serviços e políticas públicas, e mesmo na importância para a consolidação da democracia. O município se torna um terreno complexo de disputas políticas e as políticas sociais estarão inseridas nesse processo. A análise política da efetivação de programas sociais nos municípios é um instrumento de aferição das disputas políticas locais, e mesmo sua adequação a determinantes mais amplos como adesão à caminhos dados por governos estaduais e o federal. O Programa Operação Trabalho (POT), iniciado em 2009, é uma política pública gerida pela Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Teresópolis-RJ, com orçamento próprio e que tem como objetivo declarado a reinserção, no mercado de trabalho, de pessoas desempregadas e em situação de vulnerabilidade social. A relação de trabalho que se consolida é um Termo de Compromisso e Responsabilidade firmado entre o beneficiário e a entidade contratante, cidadão e prefeitura estabelece uma condição bastante frágil em termos de direitos trabalhistas para o beneficiário do programa. Importante salientar que até 2019 quem definia os beneficiários era a Secretaria de Desenvolvimento Social e sem critérios muito claros. Denúncias de compra de apoio de vereadores por parte da prefeitura, indicativos de alocação de trabalhadores com ensino superior em completo desvio de sua natureza, além de ser uma forma de não realizar concurso público. O que se pretende apresentar na Jornada Discente são os pontos chave para a avaliação política sobre o Programa Operação Trabalho em Teresópolis.

Os rumos do trabalho na sociedade do cansaço

Bruna de Lourdes Sales da Silva Ferreira

O presente trabalho tem como objetivo apresentar contribuições levantadas por ByungChul Han, situada em sua mais importante obra: *Sociedade do Cansaço* (2010/2017). Embora tenha como pano de fundo a sociedade alemã onde reside, sua reflexão inspira a pensarmos a atualidade brasileira. Vivemos em um período de excessos: de trabalho, de produtividade, de exposição às redes sociais. Há uma positividade exacerbada que não mais corrobora com a sociedade da disciplina, tal qual designou Michael Foucault. O liberalismo contemporâneo delineia assim um sujeito que tudo pode, e deste modo não se faz mais necessário um outro que proíbe. A disciplina foi gradativamente dando vazão ao desempenho. A negatividade do que deveria ser feito por obrigatoriedade vinda de um outro deu lugar à suposta positividade do poder ilimitado. O sujeito da sociedade do cansaço é ao mesmo tempo opressor e oprimido, pressionado pela necessidade do alto desempenho. Observamos na realidade brasileira a crescente eliminação dos direitos trabalhistas, a precarização das condições de trabalho, levando muitos trabalhadores à informalidade, geralmente com pseudônimo de “empreendedorismo”. A sociedade do desempenho apresentada pelo autor tem como fundamento a auto exploração, um sujeito que não é simplesmente um “corpo-dócil”, mas antes é aquele que precisa ser proativo e motivado em prol da maximização da produtividade. Neste sentido, é preciso refletirmos acerca dos rumos que o mundo do trabalho tem tomado diante deste tenebroso panorama.

Formação Humana e Dança: caminhos que podem mudar o olhar para a deficiência

Andréa Chiesorin Nunes

Esta pesquisa expressa a seguinte questão: como compor COM (Moraes, 2010) dança os caminhos para desimpedir corpos? Para trabalhar essa perspectiva, a dissertação cria relação interdisciplinar entre os estudos sobre o Corpo e a Formação Humana, a Deficiência e a Dança, a Arte e Criação Anticapacitista. A pesquisa gira em torno da percepção e do reconhecimento de diversidades corporais que situam os estudos de expressões e experiência estética. Um meio para democratizar as artes e os processos artísticos-culturais e pensar a realidade desde inscrever o corpo como lugar de existência, que marque a questão política de interdependência e de justiça da deficiência (MINGUS, 2020). Apresento o trabalho da Pulsar Cia de Dança, na qual sou intérprete-criadora há 20 anos, como caminho para desimpedimentos na dança. Procuo reelaborar corpo como pesquisadora em leituras que possam fissurar e incidir para desnaturalizar a cultura predominante que afirma a corponormatividade - manutenção de tecnologia cultural que reproduz a opressão aos corpos de pessoas com deficiência, ou seja, o capacitismo (MELLO, 2021). A opressão social à pessoa com deficiência ultrapassa a ausência de rampa (embora esse seja um obstáculo importante), estabelece-se, por exemplo, nos livros, na produção de conhecimento, quando da ausência da descrição de imagem, da legenda descritiva, assim como, também, pela ausência de sinalizações de tabelas, grafias ou arquivos digitais não acessíveis. Por isso, busquei escrever a dissertação visando uma partilha com pessoas cegas e com baixa visão, entre outras. Utilizei os estudos de acessibilidade comunicacional por meio da escrita que permita leitura de tela por aplicativos de software, com função de converter um texto escrito em áudio sintetizado, e os conteúdos visuais de dança foram desenvolvidos pela descrição de imagens no texto. Esses recursos foram mobilizados para ensejar a arte anticapacitista e uma maneira de democratizar os estudos da pesquisa.

Para problematizar a homofobia: tensões e questões iniciais

Yago Marinho Aquino do Nascimento

Para subsidiar uma discussão sobre a exclusão de pessoas LGBTI, encontrei referências da emergência e aplicações do termo homofobia em um texto de 2009, de Daniel Borrillo. O autor aponta que em 1971 a palavra foi utilizada pela primeira vez nos Estados Unidos da América e apenas no final dos anos 1990 ela começa a aparecer em dicionários na Europa. O autor tentou dar conta dos usos do termo, consequências e significados tanto para pessoas heterossexuais quanto homossexuais e tenta produzir uma vinculação entre essas questões e a Educação. Porém, percebi limites e apresento discordâncias com relação ao que o autor trouxe para a discussão, como por exemplo, acredito que tratar exclusivamente da homofobia e focar na identidade homossexual somente é limitado para compreender como a opressão de gênero e sexualidade se apresenta no cotidiano de pessoas LGBTI. A ideia inicial da minha pesquisa de mestrado era analisar a formação de professores de Química, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - campus Duque de Caxias, ao refletir sobre as discussões de gênero e sexualidade presentes nessa formação. O objetivo principal era entender a importância da temática gênero e sexualidade em um curso de formação de professores, especificamente de Química. Ao apresentar as ideias iniciais do pré-projeto no grupo de orientação, percebi que o tema da LGBTIfobia estava sempre rondando minhas falas e reflexões, logo percebi que o caminho a seguir era esse: pesquisar essa opressão, as ambiguidades que esse termo carrega consigo (entre patologia – fobia - e identificação de opressões e violências) e as potencialidades de repensar e ampliar esse termo. Pretendo, inclusive, relacionar essa discussão à desigualdade racial no Brasil, pensando como a branquitude opera e atravessa a “LGBTIfobia”.

Escrever cartas e ampliar as discussões sobre metodologias de pesquisa

Júlia Muniz de Alvarenga

Qual a relevância de debater o instrumento de elaboração de cartas como metodologia de pesquisa na Jornada Discente? Essa é uma questão que levei ao meu grupo de orientação. Entre os importantes eixos estipulados na ficha de inscrição para a Jornada, esse tema teria que entrar como “Outros”, seria isso um problema? No debate, minha orientadora inverteu a questão: por que não seria interessante discutir metodologia em um espaço de encontro entre alunos também em processo de escrita? Percebi com essa provocação, como ainda há um estranhamento de nós que fazemos pesquisa para pensar metodologias de modos menos engessados. Meu objetivo com esse trabalho é promover uma discussão sobre método de pesquisa como um processo que envolve “lidar com modos de estar com outros, com determinada maneira de compor o mundo em que vivemos e de articular o ‘nós’” (MORAES, 2014, p. 131). Na elaboração da minha tese, o recurso das cartas, como a que estou escrevendo para o teórico Paul Preciado, vêm possibilitando colocar minhas ideias em movimento e pensar outros modos de estar com outras pessoas na escrita. Em muitos contextos históricos, escrever cartas era uma prática comum para a produção de conhecimento, muitas teorias foram formuladas nessa possibilidade de trocas entre remetente e destinatária. A escrita de cartas para uma ou mais pessoas destinatárias favorece formas de expressão únicas e que aproximam quem lê de quem escreve a carta. Outro aspecto especial da carta é que não há a demanda de encerrar o conteúdo, cartas abrem para o diálogo com a pessoa destinatária. Com esses pensamentos iniciais que pretendo abrir uma discussão sobre o instrumento das cartas e propor pensar outras formas de abordar metodologia de pesquisa, que se distancie de um modelo rígido, como define Moraes (2014) de uma perspectiva de “protocolo”, ainda muito adotado na academia.

A Pauta do Aborto e as rupturas no Governo Dilma

Juliana Bastos Costa

O neoconservadorismo tem emergido em diversos países em resposta aos movimentos sociais de direitos de gênero, sexualidade e raça. No Brasil, as ideias conservadoras se veem presentes em grupos religiosos cristãos, tanto católicos quanto evangélicos, e ganham força quando seus representantes assumem posições no legislativo. Apesar da constituição brasileira garantir um país laico, deputados e senadores trazem para o parlamento seus ideais e valores religiosos. Entre as diversas questões defendidas pelos neoconservadores, o aborto é uma das mais polêmicas e que une diversas crenças. Apesar de estar presente nos discursos de Dilma Rousseff como uma questão de saúde pública, desde que ocupava o cargo de ministra-chefe da Casa Civil em 2007, ao longo de mais de 5 anos de mandato como presidenta, Dilma não conseguiu trazer avanços efetivos para a problemática. Teria o assunto se somado aos demais fatores que levaram à produção do impeachment? O estudo a ser apresentado na Jornada Discente visa analisar os últimos debates em rede nacional pré-eleição e os discursos de posse de Dilma Rousseff.

Paternidade líquida

Ilana Tubenchlak

Tomando emprestado o termo cunhado pelo sociólogo Bauman, liquidez como atributo das inter-relações atuais, quero traçar um paralelo com o fenômeno que chamarei de busca pela ex-paternidade. Bauman, em *Amor Líquido*, busca explicar a fragilidade dos laços humanos, que, na líquida velocidade da internet, escolhem o desengajamento e rompimento antes mesmo da “conexão” provocar maior desconforto e angústia. A partir do Código Civil de 2002, é possível ao pai, buscar na Justiça e a qualquer tempo, desfazer o vínculo jurídico com o filho que registrou. As motivações para o pedido são relacionadas à falta de convivência ou vínculo biológico com o filho. No trâmite judicial, alguns critérios são observados. Em geral são exigidos exames de DNA que comprovem a falta de coincidência genética entre a dupla e estudos técnicos que digam sobre a “socioafetividade” existente ou não. Contudo, em que pese socioafetividade seja uma nomenclatura própria ao mundo jurídico, utilizada inicialmente pelo Ministro e jurista Luiz Fachin, é aos Assistentes Sociais e Psicólogos que a pergunta é direcionada. E, a partir dela, outras podem e devem ser construídas: a socioafetividade que se quer apurar, é na direção do pai ao filho, ou na experimentada pelo filho? Em que dimensões a socioafetividade pode ou deve ser reconhecida? Basta que o pai seja a referência paterna para o filho ou é preciso que seja um pai provedor, participativo e amoroso? A demissão do pai do seu lugar parental, expressão utilizada pela professora Leila Torraca, é algo que permanece, a despeito das tentativas de inseri-lo no contexto familiar. Se por um lado podemos entender o exame de DNA como possibilidade de reconhecimento paterno para aqueles em cujo registro de nascimento existe essa lacuna, o mesmo exame tem sido utilizado em grande escala para o seu oposto: o cancelamento do vínculo paterno.